



Mycon Administradora de Consórcios S/A

CNPJ 27.268.770/0001-76

Certificação de Autorização nº 03.00.010.91

**Carta de apresentação sobre a remessa eletrônica das Demonstrações Financeiras para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional
Ao BACEN - Banco Central do Brasil**

Em atendimento ao disposto no art. 45, § 3º, da Resolução BCB nº 2, encaminhamos arquivo eletrônico contendo os documentos relacionados a seguir, os quais integram as Demonstrações Financeiras da Coimex Administradora de Consórcio S.A., referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025:

- Relatório da administração
- Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado;
- Demonstração do resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Demonstração consolidada dos recursos de consórcio;
- Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos e;
- Notas explicativas;

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados em 31 de março de 2026 nos sítios eletrônicos abaixo:

<https://www.mycon.com.br/relatorios-e-documentos>

<https://www.gov.br/centraldebancos/demonstracoes>

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas no site eletrônico desta instituição.

Sem mais

Francis Augusto da Silva

Diretor Adm. e Financeiro

CRC 310061/O-1 – SP

E-mail: francis.augusto@mycon.com.br

Robson Subtil de Amorim

Diretor de Risco & Compliance

CRA 6093 – ES

E-mail: robson.subtil@mycon.com.br

Luiz Antonio Ribeiro Santiago

Contador

CRC 1SP246334/O-0

E-mail: luiz.santiago@mycon.com.br

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada Coimex Administradora
de Consórcios S.A.)

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstração consolidada dos recursos de consórcio

Demonstração consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Parceiros e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais, apresentamos para a apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras do Mycon Administradora de Consórcios S.A. (“Administradora” ou “Companhia” ou “Mycon Consórcios”, anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.) relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das demonstrações consolidadas dos Grupos de Consórcios, as notas explicativas e do relatório dos Auditores Independentes.

O Mycon Consórcios tem 50 anos de fundação e a operação está posicionada como uma fintech que viabiliza o acesso aos seus clientes, em todo o território Nacional, a um crédito mais barato através de um consórcio 100% digital e com um único propósito, promover as conquistas de um jeito transparente, simples, justo e humano. Neste contexto, realizamos a administração dos grupos de consórcios, principalmente bens imóveis, móveis e serviços, possibilitando aos seus clientes a aquisição de bens e serviços e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.

Além das iniciativas de fortalecimento do canal digital, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 as ações estratégicas mantiveram direcionamento voltado à ampliação de vendas com ações de incremento dos investimentos em publicidade e propaganda, assim como otimizações da jornada de compra dos clientes e fortalecimento de canais de vendas com parcerias.

Destacamo-nos principalmente, pela inovação e uso intensivo de tecnologia e, possuímos os mais elevados níveis de governança corporativa. O mesmo projeto de inovação contemplou a criação de novos produtos, investimento em nossas equipes e melhoria dos processos internos buscando redução de custos e eficiência operacional.

Em relação ao cenário macroeconômico do Brasil, no qual a Companhia desenvolve os seus negócios, destaca-se o crescimento de 2,3% do PIB em 2025, enquanto para o ano de 2026, a projeção de crescimento do PIB é de 1,8%, conforme estimativas divulgadas no Boletim Focus do Banco Central em 2 de janeiro de 2026.

A taxa de desemprego, de acordo com os dados mais recentes do IBGE, apresentou uma redução de 0,5 ponto percentual no trimestre móvel encerrado em dezembro de 2025, atingindo 5,1%, frente aos 5,6% registrados no trimestre encerrado em setembro de 2025. Este é um aspecto em geral que tem efeito positivo para o mercado de consórcio, considerando o aumento da renda recorrente da população.

Além disto, o movimento de aumento da taxa de juros iniciado no final de 2024 se manteve em 2025, fechando dezembro de 2025 com a Selic de 15,0%, é outro fator que leva o Consórcio a ser mais atrativo frente a outros produtos de crédito, visto que no Consórcio não é cobrado taxa de juros de seus clientes. A inflação acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA, registrou queda no segundo semestre de 2025, alcançando 4,31%, frente aos 4,89% observados no mesmo período de 2024.

O Sistema de Consórcios em 2025 continuou apresentando resultados positivos, com crescimento de 13,8% do número de participantes ativos em dezembro de 2025 comparado ao mesmo período de 2024. De acordo com ABAC (Associação Brasileira de Administradores de Consórcios), em dezembro de 2025 o setor atingiu a marca de 12,76 milhões de participantes ativos, enquanto no mesmo período do ano passado era de 11,21 milhões.

Em relação as vendas, até dezembro de 2025 foram comercializadas 5,16 milhões de novas cotas, sendo 15,1% acima das 4,49 milhões do mesmo período do ano anterior.

Os negócios realizados no mercado de consórcios somaram R\$ 500,27 bilhões até dezembro de 2025, 32,1% maior que os R\$ 378,72 bilhões contabilizados até dezembro de 2024. Neste ambiente, a Administradora registrou evolução de alguns indicadores importantes. Comparado ao 2º semestre de 2024, nossa base de cotas ativas aumentou 37,6%, enquanto crescemos 19,3% em número de cotas vendidas e 14,7% em créditos vendidos de cotas de consórcio. Além disto, o objetivo do sistema de consorcio é possibilitar a entrega de bens e serviços e, neste quesito, o número de cotas contempladas cresceu 48,9%. Outro grande diferencial das nossas plataformas de venda é o baixo índice de cancelamento quando comparado à média do mercado, o que é possível pelo fato da venda em nosso canal digital ser simples, transparente e direta para o cliente final, o que nos torna mais ágeis e flexíveis para entender e esclarecer as dúvidas e demandas dos nossos clientes, resultando em venda com muito maior qualidade.

A receita contábil das administradoras de consórcio é apropriada mensalmente pela soma das taxas de administração cobradas em cada parcela do plano de consórcio e outras taxas aplicadas independente do período em que a venda foi realizada. Em função disto, em cada venda a administradora passa a ter as taxas futuras como um recebível de longo prazo, por isso, é importante analisar tanto a evolução da receita contábil, que cresceu 63% neste período comparado ao mesmo período de 2024, como também a evolução da taxa de administração a receber, que neste caso aumentou 42% no semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

Nosso time também cresceu ao longo de 2025, assim como nossa atenção e cuidado às nossas pessoas. Iniciamos 2025 com 147 colaboradores, enquanto em dezembro de 2025 estávamos com 160 colaboradores.

Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos os nossos consorciados, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança, credibilidade e apoio recebido ao longo do ano de 2025 e, em especial, agradecer aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem as suas atividades todas elas voltadas para a satisfação dos nossos clientes.

Vitória, 30 de março de 2026.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores, Conselheiros e Acionistas da

Mycon Administradora de Consórcios S.A. (anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Mycon Administradora de Consórcios S.A.** (“Administradora”, anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2025 e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira da demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2025 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, que indica ações realizadas pela Administração para reversão dos prejuízos recorrentes da Administradora, os quais denotam os montantes de R\$ 12.230 mil e R\$ 33.328 mil para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, respectivamente, e prejuízos acumulados totais no semestre e exercício de R\$ 225.553 mil. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade operacional da Administradora que depende dos aportes de capital realizados pelos seus acionistas e do sucesso da implementação de seu plano de negócios e recuperação, o que permitiria sua manutenção e continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfases

Capital social a realizar não homologado

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 11 e 27 às demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, as quais descrevem que a Administradora possui como parte do capital social não homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) totalizando o montante de R\$ 173.900, sendo o valor referente ao ativo intangível registrado no montante de R\$ 1.900 mil, decorrente da estruturação da parceria entre a Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. (“Coimex Participações”), acionista majoritária da Administradora, e a MMK Empreendimentos e Participações Ltda. As majorações de capital foram devidamente aprovadas conforme publicação divulgada no Diário Oficial no dia 28 de janeiro de 2026. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, a qual descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 352 de 23 de novembro de 2023 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Diretoria;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 ES 004955/F-4

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Waldemar Namura Junior'.

Waldemar Namura Junior
Contador CRC 1 SP 154938/O-0 - S - ES

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

(Anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	Nota explicativa	31/12/2025		Nota explicativa	31/12/2025
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	4	45	Outros impostos e contribuições a recolher	12	1.663
			Obrigações trabalhistas	13	2.844
Ativos financeiros			Provisão para programa participação resultado	14	4.771
Ao custo amortizado			Fornecedores	15	3.349
Instrumentos financeiros	5	2.980	Recursos a devolver grupos encerrados	6	887
Instrumentos financeiros - Grupos encerrados	6	887	Receitas a diferir	16	240
Créditos a receber	8	2.909	Total do passivo circulante		13.754
		6.776			
Outros ativos			Não circulante		
Impostos a compensar	7	856	Receitas a diferir	16	1.088
Outros créditos	8	171	Provisão para contingências	21.a	443
Outros valores e bens	9	6.194	Total do passivo não circulante		1.531
		7.221			
Total do ativo circulante		14.042	Patrimônio líquido		
			Capital social	17	56.815
Não circulante			Capital a homologar	17.a	173.900
Outros créditos	8	155	Prejuízos acumulados		(225.553)
Outros valores e bens	9	1.452			5.162
Depósitos judiciais	21	83			
Imobilizado	10	1.655			
Intangível	11	3.060			
Total do ativo não circulante		6.405	Total do passivo e patrimônio líquido		20.447
Total do ativo		20.447			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

(Anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Demonstração do resultado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de títulos e valores mobiliários		514	362
		514	362
Outras receitas/(despesas) operacionais			
Taxa de administração	19.1	40.659	71.617
Despesas de pessoal	19.2	(19.600)	(36.911)
Despesas administrativas	19.3	(2.342)	(6.561)
Despesas tributárias	19.4	(6.898)	(12.024)
Depreciação e amortização	10.b e 11.b	(399)	(744)
Despesas de serviços de terceiros	19.5	(8.073)	(14.302)
Despesas com marketing	19.6	(22.279)	(44.862)
Outras receitas operacionais	19.7	6.320	10.450
	19	(12.612)	(33.337)
			-
Resultado operacional		(12.098)	(32.975)
Resultado não operacional			
Despesas não operacionais	23	(166)	(389)
Receitas não operacionais	23	34	36
		(132)	(353)
			-
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social do semestre/exercício	20	(12.230)	(33.328)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido		-	-
Prejuízo do semestre/exercício		(12.230)	(33.328)
Quantidade de ações (em lotes de mil)		56.815	56.815
Prejuízo do semestre/exercício por ação (Em Reais)		(0,22)	(0,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

(Anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Demonstração do resultado abrangente

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	2º semestre	31/12/2025
Prejuízo do semestre/exercício	(12.230)	(33.328)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	(12.230)	(33.328)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

(Anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a homologar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2025		56.815	173.900	(213.323)	17.392
Prejuízo do semestre		-	-	(12.230)	(12.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17	56.815	173.900	(225.553)	5.162
Mutações do semestre		-	-	(12.230)	(12.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		56.815	138.900	(192.225)	3.490
Prejuízo do exercício		-	-	(33.328)	(33.328)
Capital a homologar	17.2	-	35.000	-	35.000
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17 e 28	56.815	173.900	(225.553)	5.162
Mutações do exercício		-	35.000	(33.328)	1.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

(Anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre/exercício	20	(12.230)	(33.328)
Aumento/(diminuição) dos itens que não afetaram o caixa:			
Depreciação e amortização		399	744
Baixa ativo imobilizado		6	17
Provisão programa de participação no resultado		2.881	4.130
Provisão para contingências	21	166	266
Provisão para perdas esperadas	8	(92)	134
Prejuízo ajustado do semestre/exercício		(8.870)	(28.037)
Variações nos ativos e passivos			
Impostos a compensar		2.374	3.077
Outros créditos		(908)	(2.161)
Outros valores e bens		(3.511)	(7.132)
Depósitos judiciais		(15)	-
Outros impostos e contribuições a recolher		472	426
Obrigações trabalhistas		(508)	575
Provisão para programa participação resultado		(1)	(2.841)
Fornecedores		(3.472)	(1.943)
Recursos a devolver grupos encerrados		38	68
Receitas a diferir		646	1.328
Recursos consumidos nas atividades operacionais		(13.755)	(36.640)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(117)	(427)
Aquisição de ativo intangível	11	-	(210)
Recursos consumidos nas atividades de investimento		(117)	(637)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de capital	17.2	-	35.000
Recursos gerado nas atividades de financiamento		-	35.000
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(13.872)	(2.277)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		17.784	6.189
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		3.912	3.912
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(13.872)	(2.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

(Anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Demonstração consolidada de recurso de consórcio Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	Nota explicativa	31/12/2025		Nota explicativa	31/12/2025
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	4	2.559	Obrigações com consorciados	3.2.e	534.814
Aplicações financeiras	5	339.769	Valores a repassar	3.2.f	7.932
Outros créditos			Obrigações por contemplações a entregar	3.2.g	326.035
Normais	3.2.c	658.934	Recursos a devolver a consorciados	3.2.h	106.711
Contribuições a receber em atraso		2.287	Recursos de grupos		31.330
Contribuições a receber ajuizadas		3.273			1.006.822
		1.006.822	Compensação		
Compensação				3.2.i	
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		35.206	Recursos mensais a receber de consorciados		35.206
Contribuições devidas ao grupo		6.704.319	Obrigações do grupo por contribuição		6.704.319
Consortados - bens a contemplar		6.570.488	Obrigações por futuras contemplações		6.570.488
		13.310.013			13.310.013
Total do ativo			Total do passivo e patrimônio líquido		
		14.316.835			14.316.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

(Anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Demonstração consolidada das variações na disponibilidade de grupos

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre	Em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidades no início do semestre/exercício			
Depósitos bancários		1.327	1.374
Aplicações financeiras		14.878	14.061
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações		292.845	229.486
		309.050	244.921
Recursos coletados			
	3.2.l		
Contribuição para aquisição de bens		293.772	545.399
Taxa de administração		39.775	69.595
Contribuição ao fundo de reserva		361	668
Rendimentos de aplicações financeiras		19.158	33.496
Multas e juros moratórios		1.882	3.285
Prêmios de seguros		1.773	3.262
Custas judiciais		4	12
Outros		2.467	4.454
		359.192	660.171
Recursos utilizados			
	3.2.m		
Aquisição de bens		(263.509)	(456.857)
Taxa de administração		(40.562)	(70.931)
Multas e juros moratórios		(942)	(1.643)
Prêmios de seguros		(2.192)	(3.137)
Custas judiciais		(3)	(11)
Devolução a consorciados desligados		(13.710)	(25.189)
Outros		(4.996)	(4.996)
		(325.914)	(562.764)
Disponibilidades no fim do semestre/exercício			
Depósitos bancários		2.559	2.559
Aplicações financeiras		13.734	13.734
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações		326.035	326.035
		342.328	342.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Mycon Administradora de Consórcios S.A. (“Administradora”, “Companhia” ou “Mycon Consórcios” e anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.) é uma instituição que tem por objetivo a prestação de serviços de administração de grupos de consórcio que se destinem à aquisição de bens móveis (automóveis e motocicletas), imóveis e de prestação de serviços, regulamentados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), iniciou suas atividades em 13 de novembro de 1975, com sede na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 675, 6º andar, sala 602, Enseada do Suá, CEP 29050-912, Vitória - ES e filial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, 8º andar, Torre IV, Vila Nova Conceição, CEP 04543-900, São Paulo - SP.

Os recursos recebidos de grupos de consórcio são administrados pela Companhia e utilizados pelos clientes para a aquisição de bens ou serviços, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e envolvem: cobranças de: taxas de administração, fundo de reserva (em alguns grupos) e seguro de quebra de garantia, sendo esta última repassada à uma companhia seguradora responsável pela eventual inadimplência de consorciados já contemplados.

1.1. Continuidade operacional

O planejamento estratégico realizado pela Administração da Companhia baseia-se no cenário de continuidade operacional. As ações em curso para reversão do prejuízo envolvem a potencialização das vendas para crescimento de receita futura, apoiado no aumento dos investimentos em publicidade e propaganda, ainda que representem um crescimento das despesas no curto-prazo. A Companhia tem investido de forma contínua em tecnologias para otimização do fluxo de vendas e, por consequência, resultando na redução no custo de aquisição do cliente. Finalmente, a Companhia tem ampliado seus canais próprios de vendas através de um ecossistema de parceiros estratégicos para promover a comercialização de novas cotas de consórcios para suas bases de clientes, em especial com aqueles que possuam modelos digitais de negócios. Neste planejamento, a Administração considerou que os investimentos para o crescimento dos negócios serão originados pela própria Companhia e seus acionistas, inclusive com a manutenção do recebimento de aportes.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia para um horizonte mínimo de pelo menos 12 meses após a data-base destas demonstrações financeiras, considerando suas projeções econômico-financeiras, planos operacionais e o suporte financeiro dos acionistas, quando aplicável, e concluiu que não existem incertezas relevantes que levantem dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

2. Bases de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e com base na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021, bem como com observância às demais normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN” ou “BCB”), específicas para as administradoras de consórcio e estão apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio; (iii) créditos tributários; e (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional. Desta forma, o Mycon Consórcios na elaboração das demonstrações financeiras, adotou somente os pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes até 31 de dezembro de 2025, conforme relação a seguir:

- i. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- ii. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- iii. Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- iv. Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível;
- v. Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

- vi. Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente;
- vii. Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- viii. Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados;
- ix. Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo;
- x. Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente;

(b) Novas normas e alterações emitidas pelo BACEN

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial. Por esta razão as demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma comparativa, em consonância com o art. 102 da Resolução BCB nº 352/23.

Desde 1º de janeiro de 2025 está em vigor a Resolução BCB nº 178/2022, que define os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil. Nos termos do §5º do Art. 2º, a aplicação das disposições deste artigo é facultativa para os contratos firmados até a data de sua entrada em vigor. Não houve impactos para a Companhia.

(c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Mycon Consórcios.

(d) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 30 de março de 2026.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Da Administradora

(a) Ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(c) Títulos e valores mobiliários

São demonstrados de acordo com Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 e classificados e mensurados conforme a característica do título.

Os títulos e valores mobiliários do Mycon Administradora de Consórcios S.A. são classificados e mensurados ao custo amortizado, uma vez que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais até o vencimento, sendo tais fluxos compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal.

(d) Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

(e) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 10 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

(f) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, quando aplicável. A Administração avalia a vida útil econômica dos ativos intangíveis com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis são classificados como de vida útil indefinida quando não há limite previsível para o período durante o qual se espera que gerem benefícios econômicos para a Companhia, considerando sua contínua atualização, aprimoramento e integração ao modelo de negócio. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada. Os Projetos Martech e Data Lake são amortizados pelo prazo estimado de 5 anos, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, conforme descrito na nota explicativa nº 11. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos ao teste de recuperabilidade, no mínimo, anualmente ou sempre que houver indícios de perda por redução ao valor recuperável. Os ativos com vida útil definida são avaliados quanto à recuperabilidade sempre que houver indicação de perda. Com base nas análises da Administração, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável na data das demonstrações financeiras.

(g) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*)

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*") é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo exceto créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que forem identificadas. Em 31 de dezembro de 2025 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(h) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Administradora tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

A Companhia passou a provisionar a participação nos resultados, instituída em 2021. A provisão é contabilizada com base no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877 de 23 de dezembro de 2020, e suas revisões, sendo reconhecida de forma proporcional no resultado, ao longo do exercício e sendo devida caso os indicadores estabelecidos pela Companhia e aprovados pelo Sindicato sejam atingidas ao final do exercício corrente.

(j) Tributos correntes e diferidos

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro real anual. Em caso de registro de lucro, o Imposto de renda e a Contribuição Social são apurados mensalmente sobre bases de cálculo, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

Os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social, calculadas e contabilizadas às alíquotas descritas anteriormente, respeitando os limites de realização dos créditos, conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020.

O Imposto sobre serviço é constituído à alíquota-base de 5% do faturamento, os impostos PIS e COFINS são constituídos à alíquota-base de 1,65% e 7,6% para o regime não cumulativo e 0,65% e 4% sobre as receitas financeiras no regime cumulativo.

(k) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021 vinculada ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e as taxas de administração decorrentes da prestação dos serviços passaram a adotar o regime de competência no qual o fato gerador é a administração do consórcio mensal, independente do recebimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

(l) Recursos a devolver de grupos encerrados

Refere-se a recursos a serem devolvidos de grupos encerrados cujo montante encontra-se aplicado em operações compromissadas e em depósitos bancários.

(m) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução BCB nº 9 de 12 de agosto de 2020.

As contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização. As contingências passivas são reconhecidas quando baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, se for considerado provável o risco da perda de uma ação. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(n) Receitas a diferir

Corresponde ao diferimento das taxas pagas antecipadamente pelo consorciado, oriundas de antecipação de parcela, que serão apropriadas de acordo com o prazo do grupo, conforme resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021.

(o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

3.2. Dos grupos de consórcio

(a) Ativo circulante

Representam o conjunto de bens e direitos dos grupos de consórcio.

(b) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais, de forma consolidada, são mantidos em conta vinculada, para aplicação diária no mercado financeiro em investimentos de baixo risco, conforme determina a Resolução nº 362 de 14 de dezembro de 2023 que altera a Resolução nº 285 de 19 de janeiro de 2023. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva (quando aplicável) de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre tais rendimentos.

(c) Direitos junto aos consorciados - Normais

Representa o valor das contribuições devidas pelos consorciados a título de fundo comum e de fundo de reserva (quando aplicável), no momento da contemplação.

(d) Passivo circulante

Representa as obrigações dos grupos de consórcio, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos incorridos, quando aplicável. Os recursos a devolver a consorciados excluídos são atualizados pelos mesmos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, líquidos de Imposto de Renda.

(e) Contribuições de consorciados não contemplados

Demonstra o montante recebido dos consorciados que ainda não foram contemplados. Esses recursos são utilizados para a aquisição de bens.

(f) Valores a repassar

Representa os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados à Administradora. Esses valores são divididos em (i) taxa de administração; (ii) prêmios de seguros; (iii) multas e juros moratórios; (iv) multa rescisória (consorciados desistentes); e (v) custas judiciais (incidente sobre cobrança executada).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

(g) Obrigações por contemplações a entregar

Representa os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

(h) Recursos a devolver a consorciados

Representa o valor dos recursos a devolver aos consorciados, divididos em: (i) ativos em andamento - nos casos de excessos de amortização; (ii) ativos pelo rateio - por ocasião do rateio para encerramento dos grupos; e (iii) excluídos - montante a ser ressarcido aos consorciados excluídos dos grupos.

(i) Contas de compensação

- **Previsão de recursos mensais a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados:** demonstram a previsão de recebimento de contribuições fundo comum e fundo de reserva (quando aplicável) de consorciados para o mês seguinte ao encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguros, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras;
- **Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições:** referem-se ao total das contribuições fundo comum e fundo de reserva (quando aplicável) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos;
- **Valor dos bens a contemplar:** correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculadas com base no preço do bem vigente no período.

(j) Resumo das operações de consórcios

	Em 31 de dezembro de 2025
Grupos em andamento	80
Consortiados ativos	65.653
Consortiados contemplados	16.070
Bens pendentes de entrega	49.583
Bens entregues a consortiados	12.867
Assembleias a realizar	8.802
Percentual de inadimplência	12,77%

(k) Demonstração consolidada da variação na disponibilidade de grupos

Representa os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

(l) Recursos coletados

Os recursos coletados dos grupos de consórcio são apresentados cumulativamente desde o início dos grupos e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição dos bens, recebidas dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva (quando aplicável), do seguro de vida, e do seguro de quebra de garantia quando autorizado pelo consorciado.

O fundo de reserva (quando aplicável) destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento das prestações.

O saldo remanescente dos recursos de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

(m) Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição mensal para aquisição de bens.

4. Disponibilidades

	Administradora	Grupos de consórcios
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidades (a)	45	2.559
Total	45	2.559

(a) Disponibilidades bancárias em contas correntes.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

5. Instrumentos financeiros

Administradora	Em 31 de dezembro de 2025		
	Valor contábil	Valor de mercado	
Certificado de Depósito Bancário (a)	2.980		2.980
	Abertura por vencimento		
	Vencimento até 365 dias	Vencimento após 365 dias	Total
	214	2.766	2.980

- (a) A Administradora concentra substancialmente suas aplicações no Banco Bradesco S.A. em CDB com rentabilidade de 101% do CDI. De acordo com a Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 os títulos estão classificados e mensurados pelo custo amortizado, uma vez que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais até o vencimento, sendo tais fluxos compostos exclusivamente por principal e juros sobre o valor principal.

Grupos ativos	Em 31 de dezembro de 2025		
	Valor contábil	Valor de mercado	
Operações compromissadas (b)	339.769		339.769
	Abertura por vencimento		
	Vencimento até 365 dias	Vencimento após 365 dias	Total
	147.322	192.447	339.769

- (b) Os investimentos dos grupos ativos são feitos em aplicações financeiras em operações compromissadas lastreadas em Selic, registrados na CETIP, com rentabilizações de 98% dos Certificados de Depósito - CDI através do Banco do Brasil. Conforme o artigo 1º, § 1º, da Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 a norma não se aplica à escrituração contábil dos grupos de consórcio pelas administradoras autorizadas.

6. Instrumentos financeiros - Grupos encerrados

Administradora - Grupos encerrados	Em 31 de dezembro de 2025	
Ativo circulante		
Operações compromissadas	Valor contábil	Valor de mercado
Total	887	887

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Abertura por vencimento		Total
	Vencimento até 365 dias	Vencimento após 365 dias	
Passivo circulante	887	-	887
Recursos a devolver de grupos encerrados	887	-	887

Os grupos encerrados têm seus investimentos concentrados em aplicações do Banco do Brasil em Operações Compromissadas lastreadas em Selic, registrados na CETIP, com rentabilização de 98% dos Certificados de Depósito - CDI. Em 31 de dezembro de 2025, a Administradora apresentava o montante de R\$ 887 em valores de grupos encerrados (anterior a Lei nº 11.795 de 8 de outubro de 2008). Em 4 de abril de 2022, foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 276 que teve como objetivo criar contas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) para registro dos recursos não procurados dos grupos de consórcio encerrados após a Lei nº 11.795 de 8 de outubro de 2008. Devido à esta nova regra, o saldo das contas contábeis dos grupos encerrados foi transferido para as contas de compensação, o saldo anterior a referida lei permanece no passivo com o montante de R\$ 887.

7. Impostos a compensar

	Em 31 de dezembro de 2025
PIS a compensar (a)	69
COFINS a compensar (a)	251
IRRF sobre aplicação financeira a compensar	498
Demais impostos a compensar	38
	856

- a) **Pis e COFINS:** o crédito fiscal corresponde ao saldo incidente sobre as despesas com Marketing e sobre as despesas com comissão, conforme parecer jurídico tributário. Em 6 de janeiro de 2025, o CARF decidiu que despesas com publicidade e propaganda para divulgação e captação de clientes configuram insumos para fins de créditos de PIS/COFINS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

8. Outros créditos

	Em 31 de dezembro de 2025
Circulante	
Vendas de cotas cartão de crédito (a)	724
Créditos a receber (b)	2.185
Ativos financeiros - Ao custo amortizado	2.909
 Outros créditos (c)	 171
Outros ativos	171
 Não circulante	
Cotas de consórcios canceladas compradas (d)	155
Outros créditos	155
 Total	 3.235

(a) Vendas de cotas cartão de crédito: registra os valores a receber relacionados a venda com cartão de crédito.

(b) Créditos a receber: registra a taxa de administração a receber devida, juntamente aos efeitos da respectiva provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Conforme o artigo 50º da Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023, o Mycon Consórcios está classificado no Segmento S5. Em consequência, ela adota a metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto para instituições dos segmentos S4 e S5. Esta abordagem utiliza percentuais fixos de provisão por categoria de crédito (C1 a C5), dispensando a aplicação de modelos estatísticos complexos. Em 31 de dezembro de 2025, os créditos a receber, já considerando a aplicação do critério de arrasto para ativos problemáticos, apresentou a seguinte composição:

Carteira	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Créditos a receber líquido de perdas
Carteira C1	272	92	180
Ativo não problemático	88	17	71
Adimplido	72	5	67
Até 30 dias	48	2	46
De 31 a 60 dias	18	2	16
De 61 a 90 dias	6	1	5
Inadimplidos	16	12	4
De 91 a 120 dias	1	-	1
De 181 a 360 dias	6	4	2
De 121 a 180 dias	2	1	1
Acima de 360 dias	7	7	-
Ativo não problemático	184	75	109
Adimplido	123	30	93
Até 30 dias	47	10	37
De 31 a 60 dias	37	11	26
De 61 a 90 dias	39	9	30
Inadimplidos	61	45	16
De 91 a 120 dias	15	4	11
De 181 a 360 dias	13	10	3
De 121 a 180 dias	6	4	2
Acima de 360 dias	27	27	-

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Carteira	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Créditos a receber líquido de perdas
Carteira C2	79	54	25
Ativo não problemático	17	2	15
Adimplido	17	2	15
Até 30 dias	12	1	11
De 31 a 60 dias	3	-	3
De 61 a 90 dias	2	1	1
Ativo problemático	62	52	10
Adimplido	18	10	8
Até 30 dias	7	4	3
De 31 a 60 dias	5	3	2
De 61 a 90 dias	6	3	3
Inadimplidos	44	42	2
De 91 a 120 dias	4	2	2
De 181 a 360 dias	5	5	-
De 121 a 180 dias	2	2	-
Acima de 360 dias	33	33	-
Carteira C3	4	2	2
Ativo não problemático	2	1	1
Adimplido	1	-	1
Até 30 dias	1	-	1
Inadimplidos	1	1	-
Ativo problemático	2	2	-
Adimplido	2	2	-
Até 30 dias	1	1	-
De 31 a 60 dias	-	-	-
De 61 a 90 dias	1	1	-
Carteira C5	2.246	268	1.978
Ativo não problemático	2.243	266	1.977
Adimplido	2.213	236	1.977
Até 30 dias	1.824	175	1.649
De 31 a 60 dias	381	58	323
De 61 a 90 dias	8	3	5
Inadimplidos	30	30	-
De 181 a 360 dias	1	1	-
Acima de 360 dias	29	29	-
Ativo problemático	3	2	1
Adimplido	3	2	1
Até 30 dias	2	1	1
De 31 a 60 dias	1	1	-
Total	2.601	416	2.185

Movimentação das perdas esperadas

Em 30 de junho de 2025	Reversão	Em 31 de dezembro de 2025
508	(92)	416

(c) Outros créditos: registra os valores de adiantamento a fornecedores e cotas canceladas a receber a curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

(d) Cotas de consórcios canceladas compradas: registra as cotas a receber a longo prazo que a Companhia adquiriu.

9. Outros valores e bens

	Em 31 de dezembro de 2025
Circulante	
Despesas antecipadas (a)	93
Custos incrementais para obtenção de contratos (b)	6.101
	6.194
Não circulante	
Cotas de consórcios para formação grupos (c)	932
Custos incrementais para obtenção de contratos (b)	520
	1.452

- (a) **Despesas antecipadas:** registra as despesas com seguros e serviços de tecnologia contratados e que serão apropriadas de acordo com a competência.
- (b) **Custos incrementais para obtenção de contratos:** referem-se às comissões pagas a terceiros responsáveis pela comercialização de cotas de grupos de consórcios. Quando há a efetiva concretização da venda de cotas por meio desses parceiros, a Companhia torna-se responsável pelo pagamento de comissões e premiações aos intermediadores das respectivas operações. Esses custos devem ser reconhecidos inicialmente no ativo como custos incrementais para obtenção de contratos, sendo posteriormente amortizados no resultado de forma linear ao longo do prazo de vigência de cada grupo e cota devidamente identificados, em conformidade com o regime de competência, conforme estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.
- (c) **Cotas de consórcios para formação grupos:** refere-se as cotas adquiridas pela Companhia para viabilizar financeiramente os grupos recém-inaugurados.

10. Imobilizado

10.a) Depreciação

	Taxa anual de depreciação			Em 31 de dezembro de 2025
	%	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Móveis e utensílios (i)	10	268	(66)	202
Instalações (ii)	20	727	(290)	437
Máquinas e equipamentos de uso (ii)	20	271	(125)	146
Equipamentos de comunicação (iii)	20	43	(26)	17
Sistemas de processamento de dados (iv)	20	1.889	(1.036)	853
Veículo de uso	20	43	(43)	-
Total		3.241	(1.586)	1.655

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

O prazo de vida útil do ativo imobilizado são:

- (i) Moveis e utensílios - 10 anos;
- (ii) Instalações e máquinas e equipamentos - 5 anos;
- (iii) Equipamento de comunicação - 5 anos;
- (iv) Sistemas de processamento de dados - 5 anos;
- (v) Veículos de uso - 5 anos.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada Coimex Administradora de Consórcios S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

10.b) Movimentação do imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Em 31 de dezembro de 2024					Em 31 de dezembro de 2025
	%	Líquido	Adições	Depreciação	Baixa	Transferência entre contas	Líquido
Instalações	20	553	75	(191)	-	-	437
Móveis e Utensílios	10	173	50	(23)	-	2	202
Máquinas e equipamentos de uso	20	479	8	(92)	-	(249)	146
Equipamentos de comunicação	20	125	10	(34)	-	(84)	17
Direitos de uso	-	11	-	-	(11)	-	-
Sistemas de proc. de dados	20	401	284	(163)	-	331	853
Veículo de Uso	20	15	-	(9)	(6)	-	-
Total		1.757	427	(512)	(17)	-	1.655

11. Intangível

a) Composição do intangível:

Descrição	Status	Valor de custo	Valor líquido
Newco (i)	Em utilização	1.900	1.900
Data Lake (ii)	Em utilização	676	563
Martech - Vendas (ii)	Em utilização	716	597
Total		3.292	3.060

b) Movimentação do intangível:

	Taxa anual de Amortização	Em 1º de janeiro de 2025				Em 31 de dezembro de 2025
	%	Líquido	Adições	Amortização	Baixa	Líquido
Newco	-	1.900	-	-	-	1.900
Data Lake	-	556	120	(113)	-	563
Martech - Vendas	-	626	90	(119)	-	597
Total		3.082	210	(232)	-	3.060

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

(i) Intangível incorporado

Em 31 de outubro de 2021 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando a incorporação de empresa Newco Tecnologia e Internet Ltda. (“Newco”), com sede em São Paulo - SP através de transação entre Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. e MMK Empreendimentos e Participações Ltda. Contudo, tendo em vista que o Banco Central do Brasil, autarquia responsável pela regulamentação das administradoras de consórcios, na forma da Lei nº 11.795 de 8 de outubro de 2008, não aprovou a operação, a referida transação teve que ser desfeita. A Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de controladora do Mycon Administradora de Consórcios S.A. conduziu as tratativas jurídicas necessárias para regularização da situação. Após a formalização do acordo entre as partes, uma nova Assembleia Geral Extraordinária foi realizada e aprovada em 25 de junho de 2025, e a operação foi novamente submetida à apreciação do Banco Central do Brasil, sendo aprovada em 28 de janeiro de 2026.

A Newco, possuía, dentre suas atividades, operações de cunho intelectual através do desenvolvimento de software, no qual os valores, contabilizados e confirmados em laudos, demonstram valor patrimonial em 30 de setembro de 2021 de R\$ 1.900 em ativos intangíveis de licenças e softwares, dentre eles o Mycon, Powerleads, Simule e ferramentas diversas de consórcios. A contabilização deste intangível está a valor de custo e possui vida útil indefinida, conforme o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. O teste de recuperabilidade é realizado anualmente.

(ii) Intangível elaborado internamente

Em 28 de fevereiro de 2025, a Administradora finalizou dois projetos de ativos intangíveis no montante de R\$ 1.392. O primeiro projeto, denominado Data Lake, no montante de R\$ 676, envolve a coleta e análise de dados de clientes, permitindo gestão de dados, otimização de processos, redução de custos, além de criar modelos preditivos para melhorar a experiência com o cliente. O segundo projeto, denominado Martech Vendas, no montante de R\$ 716, trata de uma plataforma de vendas customizada para centralizar dados de clientes e organizar as informações provenientes de múltiplos canais de vendas. Esta plataforma permitiu à Companhia conhecer profundamente o comportamento e as preferências de seus clientes, viabilizando ações altamente personalizadas e potencializar a experiência do cliente para gerar resultados financeiros de médio e longo prazos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

12. Outros impostos e contribuições a recolher

	Em 31 de dezembro de 2025
ISS s/ faturamento	474
INSS	521
FGTS	181
IRRF s/salário	458
IRRF s/ serviço terceiros	6
INSS s/ serviço terceiros	2
PIS, COFINS, CSLL s/ serviços de terceiros	19
Contribuição sindical	2
	1.663

13. Obrigações trabalhistas

	Em 31 de dezembro de 2025
Provisão de férias	2.812
Empréstimo consignado	32
	2.844

14. Provisão para programa de participação nos resultados (PPR)

Em 2025, a Administradora manteve o Programa de Participação nos Resultados, aprovado pelo sindicato da categoria. O montante correspondente vem sendo provisionado com base em métricas previamente estabelecidas, estando sua realização condicionada ao desempenho apurado em vendas, às avaliações de desempenho individuais e ao atingimento dos OKRs definidos para o exercício.

	Em 31 de dezembro de 2025
Provisão para participação no resultado	4.771
	4.771

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

15. Fornecedores

	Em 31 de dezembro de 2025
Fornecedores de marketing a pagar	2.099
Fornecedores de tecnologia a pagar	2
Fornecedores de serviços a pagar	178
Comissão a pagar	971
Demais fornecedores a pagar	99
	3.349

São registradas nessa conta contábil os valores a pagar a fornecedores de bens ou serviços.

16. Receitas a diferir

	Em 31 de dezembro de 2025
Circulante	
Receitas a diferir	240
Não circulante	
Receitas a diferir	1.088
Total	1.328

Corresponde à taxa de administração recebida antecipadamente dos participantes dos grupos de consórcio, antes da efetiva prestação dos serviços vinculados ao contrato. Tais recebimentos não estão alinhados com a entrega da performance contratada, o que exige, para fins de reconhecimento contábil adequado, o diferimento dessas receitas, sendo posteriormente amortizados no resultado de forma linear ao longo do prazo de vigência do grupo e cota, em conformidade com o regime de competência, conforme estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 56.815, dividido em 56.814.700 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	56.813.382	99,998%
Itaguaçu Comércio e Participações S.A.	1.318	0,002%
	56.814.700	100,000%

17.2 Capital a homologar

Os valores recebidos da controladora Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. estão registrados no patrimônio líquido, na conta de capital a homologar os quais ocorreram em 17 (dezessete) etapas. Ainda na mesma conta de capital a homologar, também consta o montante de R\$ 1.900, referente ao processo de incorporação da Newco, somando o montante na conta de R\$ 173.900. No dia 25 de junho de 2025, ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento do capital social, passando de R\$ 56.815, dividido em 56.814.700 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.715, dividido em 230.714.824 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Os aportes recebidos, que aguardavam aprovação do órgão regulador Banco Central do Brasil, foram unificados e novamente submetidos em 27 de junho de 2025, sendo convertidos em Processo Eletrônico em 30 de junho de 2025. A referida aprovação foi concedida em 28 de janeiro de 2026, conforme mencionado na nota explicativa nº 28.

Data do AFAC	Aporte
16 de novembro de 2021	10.000
29 de outubro de 2021	1.900
Total em 2021	11.900
2 de março de 2022	10.000
15 de maio de 2022	10.000
21 de julho de 2022	10.000
9 de novembro de 2022	15.000
Total em 2022	45.000
27 de março de 2023	15.000
19 de junho de 2023	10.000
26 de setembro de 2023	10.000
15 de dezembro de 2023	10.000
Total em 2023	45.000
23 de fevereiro de 2024	10.000
20 de maio de 2024	10.000
16 de agosto de 2024	10.000
21 de novembro de 2024	7.000
Total em 2024	37.000
20 de janeiro de 2025	10.000
24 de março de 2025	10.000
20 de junho de 2025	15.000
Total em 2025	35.000
Total de AFAC	173.900

17.3 Dividendos

Em cada exercício, é assegurado o pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses da Assembleia Geral dos Sócios, a qual poderá deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório, ou reter todo o lucro. No exercício de 2025, não houve distribuição de dividendos pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

18. Créditos fiscais

	Em 31 de Dezembro de 2025
Prejuízo fiscal	220.155
Base de cálculo negativa de CSLL	212.012

Em 31 de dezembro de 2025, o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, representam créditos diferidos de imposto de Renda em R\$ 55.039 e Contribuição Social em R\$ 19.081. A Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, em razão do não atendimento aos critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020. Tais valores, embora não registrados contabilmente, poderão ser utilizados para compensação com lucros tributáveis futuros, conforme a legislação vigente.

19. Outras receitas/(despesas) operacionais

	Segundo semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Taxa de administração	40.659	71.617
Despesas operacionais		
Despesas de pessoal	(19.600)	(36.911)
Despesas administrativas	(2.342)	(6.561)
Despesas com marketing	(22.279)	(44.862)
Despesas tributárias (a)	(6.898)	(12.024)
Depreciações e amortizações	(399)	(744)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(8.073)	(14.302)
Outras receitas operacionais	6.320	10.450
Despesas operacionais líquidas	(12.612)	(33.337)

- (a) Despesas relacionadas aos tributos incidentes sobre o faturamento, correspondentes ao ISS, PIS e COFINS.
- (b) Despesas relacionadas à contratação de serviços de processamento de dados, operações com consórcios e demais serviços prestados por pessoas jurídicas.

19.1. Taxa de administração

	Segundo semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Taxa de administração (a)	40.571	71.446
Taxa sobre recursos não procurados (b)	88	171
	40.659	71.617

- (a) A taxa de administração é a receita da Administradora pelos serviços relacionados à gestão e organização dos grupos de consórcios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

- (b) A receita de taxa de permanência é reconhecida e cobrada de forma constante sobre os saldos dos recursos não procurados dos grupos de consórcios encerrados e mantidos sob administração da Companhia.

19.2. Despesas de pessoal

	Segundo semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Salário/Proventos	(10.996)	(21.387)
Encargos sociais	(3.178)	(6.095)
PPR	(2.880)	(4.721)
Benefícios	(2.390)	(4.534)
Treinamentos	(155)	(174)
	(19.600)	(36.911)

Com a expansão da Companhia, foram necessários mais investimentos na contratação de colaboradores operacionais e de gestão.

19.3. Despesas administrativas

	Segundo semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Aluguéis	(498)	(1.005)
Energia elétrica, água e condomínio	(166)	(329)
Promoções de vendas (a)	(1.234)	(3.608)
Custas	(126)	(244)
Outras despesas administrativas	(226)	(1.058)
PECLD	(92)	(317)
	(2.342)	(6.561)

- (a) As iniciativas voltadas à expansão das vendas, em conformidade com a estratégia do negócio, envolvem investimentos decorrentes da concessão de desconto na primeira parcela contratada pelo cliente.

19.4. Despesas tributárias

	Segundo semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Contribuições ao PIS	(788)	(1.373)
Contribuições ao COFINS	(3.639)	(6.337)
ISSQN	(2.349)	(4.103)
IPTU e outros	(122)	(211)
	(6.898)	(12.024)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Com o constante investimento em ferramentas tecnológicas e em propaganda e marketing, há melhor conversão do processo de vendas das cotas de consórcios, elevando o faturamento e consequentemente uma maior apuração com despesas tributárias.

19.5. Despesas com serviços de terceiros

	Segundo semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Serviços advocatícios	(552)	(1.013)
Serviços de tecnologia da informação (a)	(4.790)	(9.481)
Comissões (b)	(751)	(824)
Operações de consórcio e demais serviços	(1.980)	(2.984)
	(8.073)	(14.302)

- (a) Refere-se aos investimentos para inovação contínua e excelência operacional. A Companhia tem investido fortemente em tecnologias de ponta que aprimoram nossos processos, aumentam a eficiência e proporcionam melhores experiências para nossos clientes e parceiros. Essas despesas incluem a modernização de sistemas, automação de rotinas, adoção de soluções em nuvem e inteligência artificial.
- (b) Refere-se ao diferimento das comissões pagas a terceiros responsáveis pela comercialização de cotas de grupos de consórcios, cujos valores são registrados segundo o regime de competência, e apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo de vigência do grupo de consórcio.

19.6. Despesas com marketing

	Segundo semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Propagandas de TV e Digital	(23.758)	(47.763)
Prestadores de Serviços	(609)	(1.364)
Crédito de PIS/COFINS	2.088	4.265
	(22.279)	(44.862)

Por possuir um modelo de negócio de venda predominantemente digital, o Mycon Consórcios utiliza as ferramentas de propaganda e publicidade para alcançar o cliente final. A Companhia tem mantido seus investimentos em marketing para manter o crescimento dos negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

19.7. Outras receitas operacionais

	Segundo semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Multas e juros	986	1.684
Taxa de cadastro	4.573	7.304
Taxa de formalização	761	1.462
	6.320	10.450

20. Imposto de renda e contribuição social

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da contribuição social apresentados no resultado do período:

	Segundo semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Resultado antes dos efeitos tributários	(12.230)	(33.328)
Adições e exclusões	3.060	2.314
Base de cálculo do IR e da CS	(9.170)	(31.014)
Compensação do Prejuízo Fiscal (30%)	-	-
Prejuízo fiscal	(9.170)	(31.014)

21. Contingências

A Administradora é parte em processos judiciais e em razão do curso normal de suas operações e acompanha o desenvolvimento de todos os processos, constituindo provisão para perda eventual nos casos em que seus assessores legais avaliam como provável o desfecho desfavorável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- **Trabalhistas e previdenciárias:** consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- **Cíveis:** as principais ações estão relacionadas às reclamações de consorciados.

Na data da demonstração financeira, a Administradora apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais
	Em 31 de dezembro de 2025
Processos trabalhistas e previdenciárias	68
Bloqueio judicial	15
Não circulante	83

No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, a Administradora possui ações classificadas pelos assessores jurídicos como “provável” no valor de R\$ 443. Os valores classificados pelos assessores jurídicos como “possíveis”, para as quais não há provisão constituída, totalizam o montante de R\$ 8.260. A movimentação das provisões para contingências está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	177
Constituição e reversão de provisão provável no exercício de 2025	266
Saldo em 31 de dezembro de 2025	443

22. Partes relacionadas

	Em 31 de dezembro de 2025
Salários e encargos	(2.233)
Programa de participação nos resultados	(234)
Total	(2.467)

A remuneração com pessoal-chave da administração refere-se a participações nos lucros, honorários e encargos dos diretores estatutários da Companhia, no montante de R\$ 2.467.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Os salários e encargos do exercício de 2025 foram integralmente quitados, permanecendo em aberto o Programa de Participação nos resultados a serem liquidados no exercício de 2026.

No segundo semestre de 2025, foram realizados pagamentos no montante de R\$ 85 à empresa Grande Vitória Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ nº 01.464.602/0001-62, com sede em Vitória (ES). Durante o período, não havia saldos em aberto com partes relacionadas ao final do exercício.

23. Resultado não operacional

	Segundo semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Despesas não operacionais (a)	(166)	(389)
Receitas não operacionais	34	36
	(132)	(353)

(a) Refere-se ao complemento da provisão da contingência provável e baixa de despesas indedutíveis.

24. Gerenciamento de risco

A Administração considera o gerenciamento de riscos uma atividade relevante, em função do modelo de negócios da Companhia e do ambiente normativo em que está inserida. O objetivo do gerenciamento de riscos é identificar, avaliar e mitigar eventos que possam impactar a continuidade operacional, os resultados e a reputação da Companhia, por meio de controles internos compatíveis com seu porte e complexidade operacional.

A Companhia está exposta, principalmente, a riscos operacionais, de crédito, regulatórios e reputacionais, os quais são monitorados de forma contínua pela Administração.

A Companhia não possui dívidas financeiras relevantes nem ativos ou passivos expostos de forma significativa a variações de taxas de juros, câmbio ou outros índices macroeconômicos que demandem análises de sensibilidade na data-base destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

25. Resultados não recorrentes

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2 de 12 de agosto de 2020 para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, os resultados divulgados pela Administradora são recorrentes. Dessa forma, não há resultados não recorrentes para o semestre apresentado.

26. Limites operacionais

Em conformidade com o art. 8º da Resolução BCB nº 234, de 27 de julho de 2022, as administradoras de consórcio estão sujeitas ao limite operacional de alavancagem e limite de imobilização, que estabelece que a soma dos saldos das operações passivas e dos recursos dos grupos de consórcio não pode exceder 6 (seis) vezes o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (“PLA”) da Administradora e o montante de recursos aplicados no ativo permanente deve corresponder a, no máximo, uma vez o valor do Patrimônio Líquido Ajustado.

O Mycon Consórcios se encontra enquadrada nos limites, conforme o quadro abaixo:

	Em 31 de dezembro de 2025
Margem disponível no limite de imobilizações	447
Margem disponível no limite de alavancagem	723

A Resolução Conjunta nº 14/2025 e a Resolução BCB nº 517/2025, publicadas em 3 de novembro de 2025 pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em conjunto com o Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceram uma nova metodologia para apuração do limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN. Essas normas substituem o modelo anterior da Resolução BCB nº 234, de 27 de julho de 2022.

A nova metodologia entrou em vigor em novembro de 2025 e prevê um período de transição com cumprimento gradual das exigências, com plena aplicação até 2028.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

27. Outros assuntos

i. Arbitragem

Considerando que o Banco Central do Brasil, autarquia responsável pela supervisão das administradoras de consórcios, conforme disposto na Lei nº 11.795/2008, não aprovou a parceria estruturada entre Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. e MMK Empreendimentos e Participações Ltda., a referida transação teve que ser desfeita. Em decorrência disso, no dia 13 de maio de 2024, a Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de controladora do Mycon Administradora de Consórcios S.A., requereu a instauração de procedimento arbitral com o objetivo de reconhecer a legalidade da resolução da parceria e apurar eventual obrigação de pagamento à MMK Empreendimentos e Participações Ltda., em razão da transferência de ativos de propriedade intelectual ao Mycon Administradora de Consórcios S.A.

O procedimento arbitral foi encerrado e arquivado em 12 de maio de 2025, por acordo entre as partes envolvidas, confirmando-se a transferência definitiva dos ativos de propriedade intelectual ao Mycon Administradora de Consórcios S.A., conforme detalhado na nota explicativa nº 11.i, o aumento de capital referente a incorporação desse ativo, foi novamente submetido ao Banco Central do Brasil e aprovado em 28 de janeiro de 2026.

O Mycon Consórcios segue sendo controlada pela Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.

ii. Serviços prestados pelos auditores independentes

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Companhia, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

28. Eventos subsequentes

a) Aumento de capital

Em 28 de janeiro de 2026, foi deferido o pleito divulgado no Diário Oficial da União em 30 de janeiro de 2026, aprovando a alteração da razão social para Mycon Administradora de Consórcios S.A., o aumento do capital social de R\$ 173.900 e a modificação na estrutura societária, sem alteração do controle societário final. Foi recebido novo aporte de R\$ 7.000 em 29 de janeiro de 2026.

b) Reforma tributária

A Administração entende que a Reforma Tributária representa uma mudança estrutural relevante no sistema tributário brasileiro, exigindo adaptações operacionais, sistêmicas e estratégicas.

Nesse contexto, a Companhia vem adotando medidas proativas para garantir sua adequada transição ao novo modelo, buscando assegurar conformidade regulatória, eficiência operacional e mitigação de riscos fiscais ao longo do período de implementação.

Francis Augusto da Silva
Diretor Adm. e Financeiro
CRC 310061/O-1 - SP
E-mail: francis.augusto@mycon.com.br

Robson Subtil de Amorim
Diretor de Risco & Compliance
CRA 6093 - ES
E-mail: robson.subtil@mycon.com.br

Luiz Antonio Ribeiro Santiago
Contador
CRC 1SP246334/O-0
E-mail: luiz.santiago@mycon.com.br